

À
SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA – SUDAM

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2018

Processo nº 59004/001954/2018-80.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA OBJETIVANDO A DESINSTALAÇÃO, DESFAZIMENTO, AQUISIÇÃO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ELEVADORES

BASIC ELEVADORES LTDA, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ nº 02.254.737/0001-66, sediada na Rua Lício de Miranda, 796, Vila Carioca, São Paulo/SP - CEP 04225-030, por seu representante legal infra-assinado, na qualidade de licitante interessada em participar do Pregão Eletrônico em epígrafe, vem respeitosamente à presença de Vossas Senhorias, apresentar sua

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL C.C SUSPENSÃO
E POSTERIOR PRORROGAÇÃO DA DATA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

o que faz tempestivamente, com fulcro no artigo 41 e parágrafos, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, C.C. Item 7 do edital, calcado nos relevantes motivos de fato e meridianas razões de direito a seguir aduzidas.

PRELIMINAR - TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO

Antes de adentrarmos ao mérito, imperioso destacar a tempestividade da presente impugnação, com fulcro no disposto no Item 7.1 do edital em testilha, *verbis*:

7.1. Qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão, na forma eletrônica, até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública.

Pois bem, considerando que a data de abertura da sessão pública está designada para o próximo dia 20/12/2018 (quinta feira), é óbvio que o segundo dia útil que antecede àquela data será o dia 18/12/2018 (terça feira), portanto, é a data limite (prazo fatal) para as licitantes ofertarem impugnação ao Edital, o que faz prova da tempestividade desta peça recursal, requerendo desde já seu recebimento e regular processamento.

DO MÉRITO

Com todo o respeito e admiração à lavra do Ilustríssimo Pregoeiro e sua equipe de apoio, que sábia e costumeiramente elaborou brilhantes editais, resultando nas grandes contratações desta C. Administração, no caso em exame, dois pequenos pontos, *data máxima vênia*, merecem ser revistos, para ao final, ser retificados, conforme restará claro entrelinhas.

I – EXIGÊNCIA DE VÍNCULO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA COM ENGENHEIRO ELETRICISTA QUE CONFLITA COM OS TERMOS DA DECISÃO NORMATIVA Nº 36, DE 31 DE JULHO DE 1991, EXARADA PELO PLENÁRIO DO CONSELHO FEDERAL DE ENGENHEIRA, ARQUITETURA E AGRONOMIA, A QUAL DISPÕE SOBRE COMPETÊNCIA EM ATIVIDADES RELATIVAS A ELEVADORES, ESCADAS ROLANTES E SIMILARES.

Consoante se depreende do subitem 17.5.1 (inciso IV, alínea “c.2” do edital, equivocadamente constou a obrigação das licitantes comprovarem e/ou declararem possuir em suas respectivas equipes técnicas profissionais da área de engenharia elétrica, senão vejamos:

17.5.1. *Documentação relativa:*

(...)

IV-À qualificação Técnica:

(...)

*c) A licitante deverá apresentar declaração formal que **possuirá em seu quadro técnico pelo menos 02 (dois) profissionais de nível superior:***

(...)

*c.2) **01 (um) graduado em engenharia elétrica, detentor de ART, acompanhada da respectiva CAT, para a execução de projetos elétricos e de aterramento para instalações novas e/ou modernização de elevadores.***

Como se nota, não merece guarida referida exigência, já que **o correto seria a exigência das licitantes comprovarem possuir equipe técnica dotada de pelo menos 01 (um) Engenheiro Mecânico, tão somente Engenheiro Mecânico**, único responsável técnico gabaritado pela Resolução nº 218 de 29/06/73 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) para tratar de assuntos e processos inerentes ao objeto licitado, como bem constou na alínea “c.1” do mesmo subitem.

Imperioso transcrever os exatos termos dos artigos 8º, 9º e 12º da supra mencionada Resolução, os quais dão conta das competências dos engenheiros eletricitista e mecânico, respectivamente, *in verbis*:

“Artigo 8º - Compete ao ENGENHEIRO ELETRICISTA ou Eletricista Modalidade Eletrotécnica.

I - Desempenho das atividades de 01 a 18 do Artigo 1º desta Resolução, referente à geração, transmissão, distribuição e utilização de energia elétrica; equipamentos, matérias e máquinas elétricas; sistemas de medição e controle elétricos; seus serviços afins e correlatos.

Art. 9º - Compete ao ENGENHEIRO ELETRÔNICO ou ao ENGENHEIRO ELETRICISTA, MODALIDADE ELETRÔNICA ou ao ENGENHEIRO DE COMUNICAÇÃO:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a materiais elétricos e eletrônicos; equipamentos eletrônicos em geral; sistemas de comunicação e telecomunicações; sistemas de medição e controle elétrico e eletrônico; seus serviços afins e correlatos.

(...)

Artigo 12º - Compete ao ENGENHEIRO MECÂNICO ou Engenheiro Mecânico e de Automóveis ou Engenheiro Mecânico e de Armamento ou Engenheiro de Automóveis ou Engenheiro Industrial Modalidade Mecânica.

I - Desempenho das atividades de 01 a 18 do Artigo 1º desta Resolução, referente à processos mecânicos, máquinas em geral: instalações industriais mecânicas; equipamentos mecânicos e eletro-mecânicos; veículos automotores; sistemas de produção e de transmissão de calor; sistemas de refrigeração e de ar condicionado; seus serviços afins e correlatos”.

Assim, procurando a definição de elevador, vejamos o que ensina o Ilmo. Prof. Aurélio Buarque de Olanda Ferreira:

*“Elevador/ (ô). [Do lat. Elevatore.] Adj. 1. Que eleva; elator. *S.m.2. Máquina elevatória, ascensor.”*

Tendo por base, nos termos até aqui expostos, o objeto licitado, e sabendo-se que referidos equipamentos tratam-se de máquinas elevatórias, ou máquina em geral, patente a inviabilidade da exigência de Engenheiro Eletricista na equipe técnica das licitantes, **devendo o Edital ser retificado neste ponto específico.**

Ora Ilustres Julgadores, vejam que de nada serviria para esta D. Administração exigir das licitantes a comprovar possuir um Engenheiro Eletricista em suas equipes técnicas uma vez que a responsabilidade técnica para tratar de todo e qualquer assunto inerente ao objeto licitado é apenas do Engenheiro Mecânico, único profissional que poderá recolher a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica relativa aos serviços contratados!

Acolhida e integral provimento merece a presente impugnação, conforme Decisão Normativa nº 36, de 31 de julho de 1991, exarada pelo Plenário do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, a qual dispõe sobre competência em atividades relativas a elevadores, escadas rolantes e similares, sendo inequívoco o fato de ser o Engenheiro Mecânico o único responsável técnico para tratar de assuntos inerentes ao objeto licitado, vejamos:

“1.1 - As atividades de projeto, fabricação, instalação ou montagem, manutenção (...) e laudos técnicos de equipamentos eletromecânicos do tipo “elevador”, “escada rolante” ou similares, somente serão executados, sob a responsabilidade técnica de profissional autônomo ou empresa habilitados e registrados no CREA. (...)

2.1 - Profissionais de nível superior da área “mecânica”, com atribuições previstas no Art. 12 da Resolução nº 218/73 do CONFEA, estão habilitados a responsabilizar-se tecnicamente pelas atividades descritas no item 1.”

Sem mais delongas, a exigência contida no edital impugnado não contempla fundamento legal a ensinar sua manutenção, já que com fulcro na própria Resolução nº 218/73 do CONFEA, que apresenta atribuições de diversos ramos de engenharia e engenheiros, vimos que apenas o Engenheiro Mecânico é passível por responder tecnicamente pelo objeto licitado, sendo temerário a manutenção do edital conforme publicado inicialmente.

É dizer que a manutenção de suscitada exigência, configurará medida restritiva, frustrando o caráter competitivo da contratação pública, contrariando o § 1º, inciso I do artigo 3º da Lei 8.666/93 e posteriores alterações, que dão ênfase absoluto ao Princípio da Competitividade e da Igualdade entre os concorrentes, ambos garantidos pela Constituição Federal, mais especificamente no inciso XXI do artigo 37, *in verbis*:

“Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Por conseguinte, é notório que a inócua exigência guerreada, carente de fundamentação legal, com certeza causará o afastamento do certame de diversas licitantes em potencial, inclusive desta Impugnante, fabricante de grande parte dos equipamentos que comporão a futura contratação, o que pode vir a causar enormes prejuízos aos interesses do Senac.

É sobretudo importante ressaltar que não subsiste qualquer motivação ou amparo legal que exija das licitantes comprovarem ou declararem possuir em suas equipes técnicas Engenheiro(s) Elétrico(s) para realização do objeto deste processo, quando em verdade, deve ser a exigência pautada na comprovação de equipe técnica da qual faça parte apenas e tão somente de Engenheiro(s) Mecânico(s), como bem constou no edital impugnado.

II - DA NECESSIDADE DE SE ADEQUAR A EXIGÊNCIA DE QUANTITATIVO MÍNIMO DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA DEVIDAMENTE REGISTRADOS JUNTO AO CREA.

Observa-se que o mesmo Item 17.5.1, em seu inciso IV, alíneas “b”, “b.1” e “b.2”, exige que as empresas licitantes comprovem capacitação ou qualificação técnica através da apresentação de atestados de capacidade técnica expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado demonstrando a “realização de serviços de manutenção preventiva e corretiva, pelo período mínimo ininterrupto de 1 (um) ano, a qualquer tempo, em no mínimo 1 (um) elevador de pelo menos 900 (novecentos) kg cada”, e a “realização de serviços de instalação de no mínimo 1 (um) elevador com capacidade de transporte de 900 (novecentos) kg cada”.

Inobstante a assertividade da exigência quanto à qualificação técnica mínima, *in casu*, a exigência inserida no edital está aquém da efetivamente necessária a fim de blindar esta D. Administração de uma contratação seguro, vale dizer, junto a empresa idônea e efetivamente capacitada tecnicamente para a execução do objeto licitado.

Neste sentido, vejamos o que dispõe a Lei Federal 8.666/93, *verbis*:

Art. 30. A documentação relativa à **qualificação técnica** limitar-se-á a:

(...)

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

(...)

§ 1º **A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:**

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de *responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;*
(destaquei)

À teor da disposição legal em apreço, entende-se como omissa no edital impugnado a fixação das parcelas de maior relevância.

Ora Julgadores, o objeto licitado refere-se a complexa obra de substituição envolvendo componentes de 04 elevadores elétricos com 08 paradas cada e capacidade de carga de 900 Kg (elevadores sociais).

Deixou-se de fixar, por exemplo, a necessidade de demonstração/comprovação através da apresentação de atestados de capacidade técnica regularmente acervados junto ao CREA, de ter a licitante já executado, por exemplo:

- obra de reforma e substituição de (pelo menos) 02 elevadores em uma mesma obra;
- elaboração de projeto, fabricação, instalação e montagem de elevadores elétricos;
- fabricação e instalação de (pelo menos) 02 elevadores elétricos com 08 paradas cada em uma mesma obra;
- fabricação e instalação de (pelo menos) 02 elevadores elétricos com capacidade para 900 Kg em uma mesma obra
- manutenção preventiva e corretiva de (pelo menos) 02 elevadores elétricos com 08 paradas e capacidade para 900 Kg cada;
- etc.

O que decerto, **poderá acarretar enorme prejuízo a esta D. Administração, que, sem as exigências mínimas acima sugeridas, estaria vinculada a contratação de qualquer empresa do segmento, sem obrigatoriedade de a mesma demonstrar aptidão técnica para desempenhar/executar a atividade pertinente e compatível em características, quantidade e prazos com o objeto da licitação.**

Ressalta-se a importância na fixação das parcelas de maior relevância acima sugeridas, pois **somente as empresas tecnicamente qualificadas e, em dia com todas suas obrigações consoante as Normas Técnicas e legislação específica vigente, é que possuirão documentação hábil à tal comprovação**, logo, é uma forma de afastar do certame as empresas irregulares e incompatíveis com a necessária segurança e satisfação dos usuários dos elevadores que serão oportunamente fornecidos e instalados no Prédio desta C. Administração.

Tal acréscimo às exigências será de suma importância para afastar do certame empresas que não tenham a devida e necessária capacitação técnica para execução do objeto licitado.

DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, dada a razoabilidade dos questionamentos e com vistas a satisfação dos princípios norteadores da atividade administrativa e do próprio procedimento licitatório, requer e espera que os Nobres Julgadores, com todo o saber jurídico, **PRELIMINARMENTE RECEBAM E CONHEÇAM DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO**, para ao final seja-lhe dado **INTEGRAL PROVIMENTO**, com o escopo de:

I - excluir a alínea “c.2 do inciso IV do subitem 17.5.1 do edital, ou seja, a fim de que seja excluída a exigência de comprovação de vínculo de responsabilidade técnica com Engenheiro(s) Elétrico(s), mantendo-se a exigência quanto a comprovação de vínculo com pelo menos 01 (um) Engenheiro Mecânico detentor de atestado de capacidade técnica devidamente acervado junto ao CREA;

II – acrescentar às alíneas “b”, “b.1” e “b.2” do inciso IV do subitem 17.5.1 do edital, exigência de apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica devidamente acervados junto ao CREA, que comprovem ter a licitante realizado no mínimo: obra de reforma com projeto, fabricação, instalação e montagem (substituição) de (pelo menos) 02 elevadores elétricos de passageiros com capacidade para 900 Kg e com 08 paradas cada em uma mesma obra; E, prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de (pelo menos) 02 elevadores elétricos com 08 paradas e capacidade para 900 Kg cada.

Para todos os efeitos, pugna **seja a presente Licitação imediatamente suspensa**, para que após as necessárias adequações, seja o presente edital publicado com sua nova redação¹, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, nos termos da Lei 8.666/93, pois assim agindo estarão Vossas Senhorias convictos de estarem patrocinando a legítima e irretorquível JUSTIÇA!

Termos em que,

Pede deferimento.

São Paulo, 18 de dezembro de 2018.


02.254.737/0001-66
BASIC ELEVADORES LTDA.
SILVIO VARELLA PETTI
Advogado – OAB/SP 312.291
Rua Lício de Miranda, nº 796
V. Carioca - CEP 04225-030
São Paulo - SP

¹ “Art. 21. (...) § 4º Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas”.